

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Direito e Sociedade 3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

Direito e Sociedade 3

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D598	Direito e sociedade 3 [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Direito e Sociedade; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-444-3 DOI 10.22533/at.ed.443190507 1. Sociologia jurídica. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Série. CDD 340.115
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Direito e Sociedade – Vol. 03 – compreende a reunião de vinte e uma contribuições de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que debatem as problemáticas sociais e jurídicas a partir de assuntos como direitos humanos, ativismo judicial, teorias do direito, jurisprudência, meio ambiente, dentre outros.

As colaborações estão dispostas da seguinte maneira:

- **A JUSTIÇA COMO UMA FÓRMULA PARA A CONTINGÊNCIA ATRAVÉS DA SUA REPRODUÇÃO AUTOPOIÉTICA NO DIREITO INTERNACIONAL**, de Isis de Angellis Pereira Sanches e Gustavo Assed Ferreira, considera o uso vinculante da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann pelos países signatários do Sistema Regional Interamericano de Proteção de Direitos Humanos.
- **O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ALEMÃO: A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E O ATIVISMO JUDICIAL**, de Otávio Augusto Vieira Bomtempo, registra o protagonismo do Tribunal Constitucional Federal Alemão, o *Bundesverfassungsgericht*, que em muitas ocasiões tem se comportado como um legislador.
- Investigando se a Teoria da Imputação Objetiva é compatível com o sistema constitucional adotado em solo nacional, assim como se ela é capaz de fortalecer o nosso estado democrático de direito, Dorcas Marques Almeida e Núbio Pinhon Mendes Parreiras, em **A IMPUTAÇÃO OBJETIVA NO PROJETO DE LEI DO SENADO 236/12**, alcançam o entendimento que a aludida teoria apenas maximiza o poder punitivo do estado.
- **DESVELANDO O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL A PARTIR DE UM ESTUDO SÓCIO-FILOSÓFICO DO DIREITO: UMA LEITURA A PARTIR DA CONFLITOLOGIA E SUA JUSTAPOSIÇÃO CONTEXTUAL E TEXTUAL**, de Paulo Junior Trindade dos Santos, Crithian Magnus de Marco e Gabriela Samrsla Möller, adota uma abordagem transdisciplinar de análise do Código de Processo Civil, com a observância de contextos sociais, como forma de aplicação de um regramento mais próximo da realidade das pessoas e dos questionamentos a ele apresentados.
- Ana Luiza R. F. Moreira e Mateus Carvalho Soeiro, em **ROL TAXATIVO DO ART. 1015 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A EFETIVIDADE PROCESSUAL**, demonstram as alterações da nova codificação adjetiva pátria em relação ao agravo de instrumento e qual o impacto dessa modificação para o andamento processual.
- **A (DES)VINCULAÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS MEDIANTE TAXAS**, de Ingridy Praciano Fernandes Teixeira e Guilherme Augusto Castro de Oliveira, estuda, mesmo com a ausência de expressa disposição consti-

tucional a respeito, a (des)vinculação dos recursos captados por meio das taxas.

- **NOVOS PARADIGMAS DA DECRETAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DE BENS NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, de Otávio Augusto Vieira Bomtempo, volta atenção para as novas disposições adotadas pelo Superior Tribunal de Justiça para a decretação de indisponibilidade de bens, estas que, segundo o autor, correspondem a relevantes instrumentos em prol da defesa do patrimônio público.
- No âmbito da temática das sociedades, bem como da possibilidade de pleiteio de indenização compensatória com os haveres a apurar em caso de retirada imotivada do sócio, Rafael Pereira de Castro, em **A POSSIBILIDADE DE PEDIDO INDENIZATÓRIO PELA SOCIEDADE EM FACE DO SÓCIO QUE SE RETIRA IMOTIVADAMENTE**, expressa a carência de abordagem legislativa sobre o assunto e as lacunas provenientes dessa escassez.
- **A HERMENÊUTICA JURÍDICA E A BUSCA DA DECISÃO EM MEIO A SITUAÇÃO DE CONFLITO**, de Célia Teresinha Manzan, perpassa pelo distinguir das concepções de hermenêutica e interpretação para assim apontar meios e técnicas adotadas no exercício interpretativo, sempre com o intuito de construir uma decisão pautada na resolução dos conflitos que antes foram apresentados.
- Passando pela etapa de conceituação e distinção dos atos administrativos, Arietha de Alencar Santos, em **REFLEXÕES SOBRE O CONTROLE JUDICIAL NOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS**, explana sobre a ação do judiciário em relação aos referidos atos da administração.
- Em **O ATIVISMO JUDICIAL NA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, Daniele Côrte Mello e Julia Gonçalves Quintana apresentam uma visão positiva para o ativismo judicial, onde, na opinião das autoras, essa ação ativa do Poder Judiciário beneficia a sociedade como um todo, ao passo que evidencia as vastas omissões, as oriundas do executivo e do legislativo
- **A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E O PRAGMATISMO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF**, de Mauro Guilherme Messias dos Santos, analisa a permissão posta pelo Supremo Tribunal Federal, após o julgamento do *Habeas Corpus* nº 126.292/SP, para a execução de sentença penal condenatória após a sua confirmação por órgão colegiado.
- Lucas Baldo e Elizabete Geremia, em **A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COM O NOVO ENTENDIMENTO OUTORGADO PELO STF**, igualmente debatem a mudança de posicionamento do Supremo Tribunal Federal frente ao tema da presunção de inocência – prin-

cípio constitucional positivado que defende a não culpabilidade até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória –apontando argumentos a favor e contrários a esse novo entendimento do tribunal.

- **FEMINICÍDIO: A MUDANÇA DE POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL CONFERINDO MAIS RIGOR NA APLICAÇÃO**, de Beatriz Frota Moreira e Rodrigo Soares Lopes, tece comentários a respeito sobre os avanços legislativos obtidos ao longo dos anos como mecanismo capaz de proporcionar uma maior segurança as mulheres, sejam elas vítimas da violência ou não, já que a norma deve também ter uma perspectiva preventiva, evitando danos e crimes para indivíduos e para a sociedade como um todo.
- Através do tema da vulnerabilidade, Rosilandy Carina Cândido Lapa, Ingrid Barbosa Oliveira, Vanessa Vasques Assis dos Reis e Luiz Sales do Nascimento observam a crise hídrica que assola o país persa em **A CRISE HÍDRICA NO IRÃ E VULNERABILIDADES: RESPONSABILIDADE COLETIVA ALÉM DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL**, ao passo que promove uma abordagem transdisciplinar pautada na ótica do direito internacional, do meio ambiente e das relações internacionais.
- **CRIMES AMBIENTAIS: RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS**, de Adriano da Silva Ribeiro e Lucas Zauli Ribeiro, pauta o estabelecimento da responsabilidade penal das pessoas jurídicas nos casos de crimes ambientais como uma necessidade social, já que a preservação ao meio ambiente reflete um regramento constitucional.
- **ADOÇÃO DE INSTRUMENTOS DE ESTÍMULO AO USO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA COMO POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASILEIRO**, de Gigliola Lilian Decarli e Lidia Maria Ribas, frisa a sustentabilidade como instrumento capaz de cuidar do meio ambiente e assim promover a perpetuação da vida, mas isso implica na transição, na permuta de elementos produtores de energia, passando a utilizar os menos poluentes como forma de diversificar a matriz energética e promover um desenvolvimento pautado em políticas verdes.
- Associando políticas públicas em prol do meio ambiente e obras públicas sustentáveis, **AS CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS E A APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR**, de Roberta Helena Moraes Tillmann, Raimundo Cláudio Silva da Silva, Davi do Socorro Barros Brasil, averigua como essa relação foi constituída em uma universidade federal sediada no estado do Pará.
- Permanecendo com a abordagem de meio ambiente e as instituições federais de ensino superior, Caroline Santos Marcondes, Núria Budib Moreira, Ana Júlia Sales de Almeida e Adaiane Catarina Marcondes Jacobina, em

ARBORIZAÇÃO DO IFMT *CAMPUS* CUIABÁ – BELA VISTA COM VEGETAÇÃO ARBÓREA NATIVA DO CERRADO, destacam quão positivo é o estabelecimento de arborização do IFMT, *campus* Cuiabá – Bela Vista, com espécies arbóreas provenientes do bioma cerrado como forma de inibir o surgimento de espécies exóticas que inviabilizem a área comum da unidade de ensino.

- A degradação do meio ambiente, marcadamente do bioma Mata Atlântica, é problematizada em **O SECULAR DESMATAMENTO DA MATA ATLÂNTICA E A TELA DE JOHANN MORITZ RUGENDAS**, de Kelly de Souza Barbosa e Lucas de Souza Lehfeld, que, ao estabelecer um diálogo com a tela *O Desmatamento* (1835), de Rugendas, percebe o descaso secular do estado para com a vegetação, além da urgência em executar o mandamento constitucional de proteção ambiental.
- **PROPRIEDADE INTELECTUAL E AGRICULTURA NA ERA DA REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA-INFORMACIONAL**, de Gabriel Cunha Salum e Aluisio Almeida Schumacher, investiga como o estabelecimento de propriedade intelectual pode ser um mecanismo institucionalizado de controlar o saber científico em prol de parcela da sociedade que já detém poder e riqueza e que resulta em desfavorecer coletivos e agricultores de menor poder econômico diante da revolução tecnológica contemporânea.

Renovamos o desejo que os nossos leitores tenham um excelente diálogo com os textos aqui expostos e que o futuro possibilite reais interações por meio de novas produções acadêmicas com os conteúdos que agora apresentamos.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A JUSTIÇA COMO UMA FÓRMULA PARA A CONTINGÊNCIA ATRAVÉS DA SUA REPRODUÇÃO AUTOPOIÉTICA NO DIREITO INTERNACIONAL	
Isis de Angellis Pereira Sanches Gustavo Assed Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.4431905071	
CAPÍTULO 2	12
O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ALEMÃO: A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E O ATIVISMO JUDICIAL	
Otávio Augusto Vieira Bomtempo	
DOI 10.22533/at.ed.4431905072	
CAPÍTULO 3	27
A IMPUTAÇÃO OBJETIVA NO PROJETO DE LEI DO SENADO 236/12	
Dorcas Marques Almeida Núbio Pinhon Mendes Parreiras	
DOI 10.22533/at.ed.4431905073	
CAPÍTULO 4	43
DESVELANDO O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL A PARTIR DE UM ESTUDO SÓCIO-FILOSÓFICO DO DIREITO: UMA LEITURA A PARTIR DA CONFLITOLOGIA E SUA JUSTAPOSIÇÃO CONTEXTUAL E TEXTUAL	
Paulo Junior Trindade dos Santos Cristhian Magnus de Marco Gabriela Samrsla Möller	
DOI 10.22533/at.ed.4431905074	
CAPÍTULO 5	55
ROL TAXATIVO DO ART. 1015 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A EFETIVIDADE PROCESSUAL	
Ana Luiza R. F. Moreira Mateus Carvalho Soeiro	
DOI 10.22533/at.ed.4431905075	
CAPÍTULO 6	67
A (DES)VINCULAÇÃO DAS RECEITAS ARRECADADAS MEDIANTE TAXAS	
Ingridy Praciano Fernandes Teixeira Guilherme Augusto Castro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4431905076	
CAPÍTULO 7	78
NOVOS PARADIGMAS DA DECRETAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DE BENS NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
Otávio Augusto Vieira Bomtempo	
DOI 10.22533/at.ed.4431905077	

CAPÍTULO 8	92
A POSSIBILIDADE DE PEDIDO INDENIZATÓRIO PELA SOCIEDADE EM FACE DO SÓCIO QUE SE RETIRA IMOTIVADAMENTE	
Rafael Pereira de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.4431905078	
CAPÍTULO 9	102
A HERMENÊUTICA JURÍDICA E A BUSCA DA DECISÃO EM MEIO A SITUAÇÕES DE CONFLITO	
Célia Teresinha Manzan	
DOI 10.22533/at.ed.4431905079	
CAPÍTULO 10	112
REFLEXÕES SOBRE O CONTROLE JUDICIAL NOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS	
Arietha de Alencar Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44319050710	
CAPÍTULO 11	124
O ATIVISMO JUDICIAL NA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Daniele Côrte Mello	
Julia Gonçalves Quintana	
DOI 10.22533/at.ed.44319050711	
CAPÍTULO 12	136
A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E O PRAGMATISMO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF	
Mauro Guilherme Messias dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44319050712	
CAPÍTULO 13	159
A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA COM O NOVO ENTENDIMENTO OUTORGADO PELO STF	
Lucas Baldo	
Elizabeth Geremia	
DOI 10.22533/at.ed.44319050713	
CAPÍTULO 14	169
FEMINICÍDIO: A MUDANÇA DE POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL CONFERINDO MAIOR RIGOR NA APLICAÇÃO	
Beatriz Frota Moreira	
Rodrigo Soares Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.44319050714	
CAPÍTULO 15	179
A CRISE HÍDRICA NO IRÃ E VULNERABILIDADES: RESPONSABILIDADE COLETIVA ALÉM DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL	
Rosilandy Carina Cândido Lapa	

Ingrid Barbosa Oliveira
Vanessa Vasques Assis dos Reis
Luiz Sales do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.44319050715

CAPÍTULO 16 192

CRIMES AMBIENTAIS: RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Adriano da Silva Ribeiro
Lucas Zauli Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.44319050716

CAPÍTULO 17 206

ADOÇÃO DE INSTRUMENTOS DE ESTÍMULO AO USO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA COMO POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASILEIRO

Gigliola Lilian Decarli
Lídia Maria Ribas

DOI 10.22533/at.ed.44319050717

CAPÍTULO 18 221

AS CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS E A APLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Roberta Helena Moraes Tillmann
Raimundo Cláudio Silva da Silva
Davi do Socorro Barros Brasil

DOI 10.22533/at.ed.44319050718

CAPÍTULO 19 228

ARBORIZAÇÃO DO IFMT CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA COM VEGETAÇÃO ARBÓREA NATIVA DO CERRADO

Caroline Santos Marcondes
Núria Budib Moreira
Ana Júlia Sales de Almeida
Adaiane Catarina Marcondes Jacobina

DOI 10.22533/at.ed.44319050719

CAPÍTULO 20 233

O SECULAR DESMATAMENTO DA MATA ATLÂNTICA E A TELA DE JOHANN MORITZ RUGENDAS

Kelly de Souza Barbosa
Lucas de Souza Lehfeld

DOI 10.22533/at.ed.44319050720

CAPÍTULO 21 246

PROPRIEDADE INTELECTUAL E AGRICULTURA NA ERA DA REVOLUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA-INFORMACIONAL

Gabriel Cunha Salum
Aluisio Almeida Schumacher

DOI 10.22533/at.ed.44319050721

CAPÍTULO 22 256

**OS DIREITOS HUMANOS COMO PRODUTOS CULTURAIS: PERSPECTIVAS PARA
A EFETIVIDADE DA DIGNIDADE HUMANA**

Catarine Acioli

DOI 10.22533/at.ed.44319050722

SOBRE O ORGANIZADOR..... 267

ARBORIZAÇÃO DO IFMT CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA COM VEGETAÇÃO ARBÓREA NATIVA DO CERRADO

Caroline Santos Marcondes

Técnica em Meio Ambiente - IFMT *campus*
Cuiabá – Bela Vista
Discente do curso de Engenharia Sanitária e
Ambiental - UFMT
Cuiabá – Mato Grosso

Núria Budib Moreira

Técnica em Meio Ambiente - IFMT *campus*
Cuiabá – Bela Vista
Discente do curso de Letras Português e Francês
- UFMT
Cuiabá – Mato Grosso

Ana Júlia Sales de Almeida

Técnica em Meio Ambiente - IFMT *campus*
Cuiabá – Bela Vista
Cuiabá – Mato Grosso

Adaiane Catarina Marcondes Jacobina

Prof^ª. Me. IFMT *campus* Cuiabá – Bela Vista
Pesquisadora associada, Universidade Federal de
Mato Grosso - UFMT, Coleção Zoológica, Setor
de Entomologia
Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: Tendo em vista a diversidade, amplitude e riqueza da vegetação do cerrado, é de suma importância a sua manutenção, já que o mesmo vem sendo ameaçado devido a ações antrópicas equivocadas, as quais tendem a inserir espécies exóticas indiscriminadamente nessas áreas. Tais espécies possuem potencial

danoso à vegetação original, podendo se alastrar dominando o ambiente, e, em alguns casos, levando até mesmo a extinção de determinadas espécies nativas. Assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as vantagens da arborização com espécies arbóreas oriundas do bioma cerrado no IFMT *campus* Cuiabá - Bela Vista, para evitar a inserção de espécies exóticas que possam prejudicar a área comum ao *campus*. Para realização de tal objetivo, o estudo foi feito por meio de levantamento bibliográfico, baseando-se no decreto nº 5.144 de 15 de fevereiro de 2012 do município de Cuiabá. Sendo assim, espera-se que a médio e longo prazo as árvores plantadas cumpram com o objetivo de proporcionar conforto térmico e harmonia paisagística aos frequentadores do local. Logo, o estudo demonstra a valorização das espécies nativas, acordando com a lei municipal vigente, afim de evitar a entrada de espécies que não colaboram para a manutenção do bioma.

PALAVRAS-CHAVE: *Tabebuia* sp.;
Preservação; Espécies nativas; Cerrado.

AFFORESTATION OF CAMPUS IFMT CUIABÁ - BELA VISTA WITH NATIVE VEGETATION ARBOREAL

ABSTRACT: Considering the diversity, amplitude and richness of the vegetation of the Cerrado, its maintenance is of utmost

importance, since it is being threatened due to mistaken anthropic actions, which tend to insert exotic species indiscriminately in these areas. These species have harmful potential to the original vegetation, being able to spread dominating the environment, and, in some cases, even leading to the extinction of certain native species. Thus, the present work aims to present the advantages of tree planting from the Cerrado biome at the IFMT *campus* in Cuiabá - Bela Vista, to avoid the insertion of exotic species that could damage the common area of the *campus*. In order to achieve this objective, the study was done by means of a bibliographical survey, based on the decree nº 5.144 of February 15, 2012 of the municipality of Cuiabá. Therefore, it is expected that in the medium and long term planted trees comply with the objective of providing thermal comfort and landscape harmony to the locals. Therefore, the study demonstrates the valorization of the native species, according to the current municipal law, in order to avoid the entry of species that do not collaborate for the maintenance of the biome.

KEYWORDS: *Tabebuia sp.*; Preservation; Native Species; Cerrado.

INTRODUÇÃO

Segundo Medeiros (2011), a vegetação do Cerrado é uma das mais ricas, abrigando mais de 11.000 espécies vegetais, das quais 4.400 são endêmicas. Essa vegetação do Cerrado caracteriza-se por troncos tortuosos, de baixo portes, ramos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas. Destaca-se ainda que, a vegetação do cerrado não possui uma fisionomia única em toda sua extensão, sendo bastante diversificada, apresenta desde associações campestres abertos, até associações florestais densas.

E, embora a vegetação do Cerrado seja ampla e diversificada, as ações antrópicas tendem a inserir espécies exóticas em áreas denominadas por essa vegetação. A inserção de espécies que posteriormente podem se alastrar de forma que possam dominar o ambiente e causar danos às espécies originais. Em muitos casos, invasões biológicas causam a extinção de espécies nativas.

Tendo em vista a importância da manutenção do bioma cerrado, pode-se afirmar que arborização com espécies nativas é de extrema importância. As formações arbóreas prestam serviços ecossistêmicos como manutenção da qualidade, temperatura e umidade do ar, proteção dos solos contra lixiviação e processos erosivos, proteção dos rios de assoreamento, facilitam a alimentação do lençol freático como também proporcionam beleza cênica e muitas vezes estão associadas às questões culturais (BORGES, 2014).

Objetiva-se com o trabalho apresentar as vantagens da arborização com espécies nativas arbóreas do bioma cerrado no IFMT *campus* Cuiabá - Bela Vista visando a harmonização paisagística, a não entrada de plantas exóticas no ambiente comum ao *campus* e somado a isso o aumento do conforto térmico no instituto.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado por meio de levantamento bibliográfico, baseando-se no decreto nº 5.144 de 15 de fevereiro de 2012, do município de Cuiabá-Mato Grosso. O decreto dispõe sobre a arborização pública na área urbana e sedes de distritos do município de Cuiabá e dá outras providências.

Segundo o inciso I do art. 545 da lei complementar 004/92, cabe ao município no sentido de estimular, baixando normas a respeito da arborização e do ajardinamento com fins ambientais e paisagísticos no território municipal.

O decreto ainda traz um manual de especificações que devem ser levadas em consideração ao fazer-se o plantio das mudas, entre elas estão:

II – Quanto às distâncias mínimas de mobiliários urbanos e infraestruturas:

- a) de esquinas e postes: 5,00m;
- b) de instalações subterrâneas, galerias: 1,00m;
- c) de mobiliário urbano, hidrantes, caixas de inspeção, fachadas de edificações: 3,00m;
- d) de postes com transformadores: 12,00m;
- e) de outras árvores: 5,00m (árvores pequenas) e 12,00m (árvores grandes);
- f) de guias rebaixadas: 2,00m.

III – Quanto às características das mudas a serem plantadas:

- a) altura mínima das mudas: 2,00 a 2,50 m;
- b) altura da primeira bifurcação: 1,80 m;
- c) DAP (Diâmetro à Altura do Peito) das mudas: 0,03 m;
- d) estarem acondicionadas em embalagens com boa condição;
- e) as mudas deverão estar isentas de doenças e pragas;
- f) as mudas deverão estar conduzidas de forma apropriada para o plantio em vias públicas.

IV – Quanto às espécies a serem utilizadas na arborização viária:

b) no lado da via onde não existam redes implantadas e calçadas de largura suficiente utilizar espécies de médio porte (5 a 10m) e grande porte (10 m ou mais) tais como:

ipê- amarelo (*Tabebuia vellosi*), ipê-roxo (*Tabebuia impetiginosa*), saboneteira (*Sapindus saponária*).

V – Quanto às espécies a serem utilizadas na arborização de praças, canteiros centrais largos (com largura superior a 3,00 metros) e áreas verdes:

a) poderão ser utilizadas espécies de maior porte tais como: paineira (*Chorisia speciosa*), ipê-amarelo (*Tabebuia vellosi*), sucupira-branca (*Pterodon emarginatus*).

O plantio será feito exclusivamente com as espécies arbóreas nativas do cerrado, como as supracitadas. Sugere-se então o plantio do gênero *Tabebuia sp.*, pois esta

atende os requisitos necessários para a arborização da área desejada dentro do *campus* Cuiabá - Bela Vista, já que apresentam características paisagísticas e são nativas arbóreas do bioma cerrado, como dito no decreto 5.122/2012 do município de Cuiabá. Além de que, as mesmas têm o plantio incentivado por órgãos governamentais, como a SEMA, e por programas de cunho nacional voltados à população geral, como o Globo Rural.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cabral (2012) afirma que os benefícios da arborização vão além do âmbito ecológico partindo do princípio que as pessoas preferem ambientes bem arborizados, pois destacam-se melhorias na umidade relativa do ar, principalmente nas épocas mais secas do ano, além de trazer uma sensação de bem-estar aos que transitam pelas ruas e oferecer sombra aos dias ensolarados e quentes. GRAZIANO et al, (1988); Cabral, 2012 afirmam que inúmeras funções citadas tais como a arborização no meio urbano podem afetar a vida do ser humano, do ponto de vista do bem-estar moral e psicológico, apresentando na maneira de preservar ou cultivar as espécies vegetais que ocorrem em seu local de convívio diário.

A preservação da biodiversidade está prevista não somente na lei municipal de Cuiabá, como no Decreto nº 4.339, de 22 de Agosto de 2002— a Lei da Biodiversidade, que nos princípios e diretrizes gerais visa no inciso VII que “A manutenção da biodiversidade é essencial para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera e, para tanto, é necessário garantir e promover a capacidade de reprodução sexuada e cruzada dos organismos”.

Vainsencher (2008), apresenta o ipê (*Tabebuia sp.*), pela excelente qualidade de sua madeira, quanto por seus efeitos ornamentais, decorativos, e por isso é plantado em parques e jardins, servindo para a arborização urbana, visto que a árvore é alta (para o porte do bioma cerrado), bem copada e no período da floração, apresenta uma peculiaridade: fica totalmente desprovida de folhas, e estas dão lugar às flores - amarela-ouros, brancas ou roxas – que estampam belas manchas coloridas nas paisagens, dessa maneira atende todos os requisitos, e é uma espécie fornecida pelo horto florestal municipal, possuindo manejo simples, atendendo as expectativas paisagísticas e ecológicas; além da valorização da biodiversidade do cerrado, visto que ela é nativa do bioma no qual o estudo foi proposto.

Sendo assim, é esperado que à médio e longo prazo, as árvores plantadas cumpram com o objetivo de proporcionar o conforto térmico aos frequentadores do IFMT *Campus* - Bela Vista, e que a expectativa paisagística seja alcançada propiciando belos canteiros, e valorizando as espécies nativas arbóreas do bioma, agregando também assim a grade didática da disciplina de cultivo das mudas do curso técnico em Meio ambiente integrado ao ensino médio da instituição.

CONCLUSÕES

Dado o exposto, observa-se que a arborização com plantas nativas é de suma importância, pois contribui para a valorização das espécies nativas do bioma cerrado, evitando a entrada de espécies exóticas invasoras ou ornamentais que não colaboram para a manutenção do bioma local.

AGRADECIMENTOS

Nós, corpo de autoras, queremos agradecer em especial o suporte de Nayara Avelino da Silva, Técnica em Meio Ambiente (IFMT) e discente do curso de psicologia (UFMT) na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BORGES, Héli da Bruno Nogueira; Flora Arbórea de Mato Grosso: tipologias vegetais e suas espécies. Cap. 1 p. 13. Cuiabá, MT: Entrelinhas; 2014. Disponível em: <http://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2017/11/Flora_Arborea_de_Mato_Grosso.pdf>. Acesso em: 12 de Jun. de 2018.

BRASIL. Política Nacional de Biodiversidade – PNB. Decreto N° 4.339, de 22 de agosto. 2002. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm>. Acesso em: 03 de Ago. de 2018.

CABRAL, Pedro Ivo Decurcio; PERÍCIA, Auditoria; AMBIENTAL, Governança. Arborização urbana: problemas e benefícios. **Especialize on-line, Goiania**, v. 1, n. 6, p. 15, 2013. Disponível em: <<http://bussinesstour.com.br/uploads/arquivos/3474154c808305a9ba984df5faa037c2.pdf>>. Acesso em: 03 de Ago. de 2018.

CUIABÁ (município). Decreto n.º 5144, de 15 de fevereiro de 2012, DISPÕE SOBRE A ARBORIZAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA URBANA E SEDES DE DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/decreto_5144_15_%20fevereiro_%202012.pdf>. Acesso em: 12 de Jun. de 2018

MEDEIROS, João de Deus. Guia de campo: vegetação do Cerrado 500 espécies – Brasília: MMA/SBF, 2011. 532 p. : il. color. ; 29 cm. (Série Biodiversidade, 43). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_df/_publicacao/148_publicacao14022012101832>. Acesso em: 12 de Jun. de 2018.

VAINSENER, Semira Adler. *Ipê (árvore)*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 26 de Jun. de 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-444-3

